



COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA.
42.873.828/0001-02

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022 COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA - SICOOB AGROCREDI

Bem-vindos, cooperados e comunidade. Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB AGROCREDI. Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável. Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade

3. Nossa cooperativa

O SICOOB AGROCREDI é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,38% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas. Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balançetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva. A Cooperativa possui ainda uma equipe de Controles Internos, Riscos e Compliance dirigida diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução 4.557/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente. Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central. Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral. A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos. No exercício de 2022, o SICOOB AGROCREDI registrou o total de 140 (cento e quarenta) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 32 (trinta e duas) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os

bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ. De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais **OU** milhares de reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	62,84%	86.602.678,49	53.181.744,66
Patrimônio Líquido	22,69%	393.357.849,22	320.602.091,28
Ativos	22,33%	1.880.561.902,23	1.537.255.740,39
Depósitos na Centralização Financeira	19,92%	1.044.540.071,64	871.018.095,98

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	14,14%	74.163	64.976

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	63,06%	294.150.964,40	180.394.280,84
Carteira Comercial	12,96%	432.273.964,77	382.676.237,49
Total	29,01%	726.424.929,17	563.070.518,33

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 10,20% da carteira, no montante de R\$ 74.219.265,85.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	-10,72%	332.599.671,83	372.523.828,92
Depósitos sob aviso	4,51%	1.813.150,71	1.734.872,14
Depósitos a prazo	32,81%	715.171.522,72	538.484.095,91
LCA	-11,83%	68.189.294,13	77.338.990,13
LCI	-95,81%	162.300,05	3.877.973,46
Total	12,47%	1.117.935.939,44	993.959.760,56

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 15,81% da captação, no montante de R\$ 180.549.448,20.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	22,69%	393.357.849,22	320.602.091,28

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

GUAXUPÉ-MG, 31 de janeiro de 2023.
Conselho de Administração e Diretoria
Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda. – SICOOB AGROCREDI

Geraldo Souza Ribeiro Filho - Presidente Conselho de Administração
Irsen Ribeiro de Oliveira - Vice-Presidente Conselho de Administração
João de Deus Tranquillini - Conselheiro de Administração
Amarildo Freitas Pelozo - Conselheiro de Administração
José Amauri de Souza - Conselheiro de Administração
Luiz Alberto Andrade - Conselheiro de Administração
Roberto Gomes Castejon - Conselheiro de Administração
Sandro Elisio de Moraes - Conselheiro de Administração
Virgolino Adriano Muniz - Conselheiro de Administração
Walfrido Antônio Russo Júnior - Diretor Administrativo
Antônio Lourival Junqueira - Diretor de Negócios
Mário Sérgio Coragem Sabag - Diretor Operacional
Enonimo Euclides dos Santos Junior - Diretor de Gestão de Risco e Capital

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		1.880.561.902,23	1.537.255.740,39
DISPONIBILIDADES	4	11.060.356,41	15.484.688,86
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.883.975.077,97	1.478.781.752,23
Títulos e Valores Mobiliários	5	86.540.072,50	74.664.739,43
Relações Interfinanceiras		1.044.540.071,64	871.018.095,98
Centralização Financeira	4	1.044.540.071,64	871.018.095,98
Operações de Crédito	6.a)	726.424.929,17	563.070.518,33
Outros Ativos Financeiros	7	26.470.004,66	19.171.195,48
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(37.014.844,10)	(26.701.610,55)
(-) Operações de Crédito	6.a)	(34.229.506,82)	(24.602.397,36)
(-) Outras	7.1	(2.785.337,28)	(2.099.213,19)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	985.137,46	1.038.998,40
OUTROS ATIVOS	9	3.279.185,00	4.154.313,95
IMOBILIZADO DE USO	10	28.144.435,66	23.588.651,79
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	10	(9.867.446,17)	(8.233.851,28)
TOTAL DO ATIVO		1.880.561.902,23	1.537.255.740,39

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.880.561.902,23	1.537.255.740,39
DEPÓSITOS	11	1.049.584.345,26	912.742.796,97
Depósitos à Vista		332.599.671,83	372.523.828,92
Depósitos Sob Aviso		1.813.150,71	1.734.872,14
Depósitos a Prazo		715.171.522,72	538.484.095,91
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		374.386.455,28	245.512.742,01
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	68.351.594,18	81.216.963,59
Relações Interfinanceiras		142.645.296,64	58.486.779,93
Repesses Interfinanceiros	13.a)	142.645.296,64	58.486.779,93
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.b)	127.606.247,61	79.822.782,14
Outros Passivos Financeiros	14	35.783.316,85	25.986.216,35
PROVISÕES	15	15.471.968,80	14.282.061,83
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	4.686.897,57	5.399.757,30
OUTROS PASSIVOS	17	43.074.386,10	38.716.291,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	393.357.849,22	320.602.091,28
CAPITAL SOCIAL		69.789.981,38	65.111.784,14
RESERVAS DE SOBRAS		280.873.147,84	229.405.492,54
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		42.694.720,00	26.084.814,60
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.880.561.902,23	1.537.255.740,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - EM REAIS

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS		144.141.513,94	256.002.356,83	135.972.340,55
DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		73.680.931,81	134.555.226,00	96.585.817,99
Operações de Crédito	20	68.230.823,89	117.503.512,25	38.339.130,08
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.c)	2.229.758,24	3.943.618,58	1.047.392,48
DISPÊNDIOS E DESPESAS	21	(70.696.785,90)	(124.571.084,01)	(41.974.839,90)
DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(49.703.339,06)	(87.121.569,55)	(27.037.218,30)
Operações de Captação no Mercado	11.d)	(7.243.332,99)	(11.539.012,39)	(3.463.915,23)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.c)			
Provisões para Perdas Esperadas		(13.750.113,85)	(25.910.502,07)	(11.473.706,37)
Associadas ao Risco de Crédito				
RESULTADO BRUTO		73.444.728,04	131.431.272,82	93.997.500,65
DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(17.430.665,64)	(37.091.743,30)	(35.379.583,55)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		12.411.754,57	23.271.975,36	23.084.029,52
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	4.608.639,79	8.683.841,04	7.691.694,85
Rendas de Tarifas	23	(21.271.768,82)	(42.610.562,71)	(38.748.444,82)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(21.210.076,03)	(38.750.995,93)	(33.323.033,56)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(956.308,01)	(1.735.316,83)	(1.828.297,66)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	11.499.689,79	18.369.933,19	11.398.642,83
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	(2.512.596,93)	(4.320.617,42)	(3.654.174,71)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28			
PROVISÕES	29	(169.807,79)	(1.192.243,97)	(811.881,66)
Provisões/Reversões para Contingências		(238.607,94)	(599.946,73)	(295.835,75)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		68.800,15	(592.297,24)	(516.045,91)
RESULTADO OPERACIONAL		55.844.254,61	93.147.285,55	57.806.035,44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	62.284.248,40	-	195.296.856,08	21.847.402,48	279.428.506,96
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	10.923.701,24	(10.923.701,24)	-
Distribuição de sobras para associados	5.453.125,91	-	-	(10.923.701,24)	(5.470.575,33)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	610.869,56	(500,44)	-	-	610.369,12
Por Devolução (-)	(4.641.362,38)	-	-	-	(4.641.362,38)
Reversão/Realização de Fundos				323.775,47	323.775,47
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital				54.602.022,77	54.602.022,77
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.420.278,11)	(1.420.278,11)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.403,09	-	-	-	1.405.403,09
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	23.184.935,22	(23.184.935,22)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(2.576.103,91)	(2.576.103,91)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.659.666,40)	(1.659.666,40)
Saldos em 31/12/2021	65.112.284,58	(500,44)	229.405.492,54	26.084.814,60	320.602.091,28
Saldos em 31/12/2022	65.112.284,58	(500,44)	229.405.492,54	26.084.814,60	320.602.091,28
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	13.042.407,30	(13.042.407,30)	-
Distribuição de sobras para associados	6.510.673,20	-	-	(13.042.407,30)	(6.531.734,10)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	538.356,43	(17.821,85)	-	-	520.534,58
Por Devolução (-)	(6.381.166,12)	-	-	-	(6.381.166,12)
Estorno de Capital	(20,00)	-	-	-	(20,00)
Reversão/Realização de Fundos				584.197,02	584.197,02
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital				90.708.032,51	90.708.032,51
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.105.354,02)	(4.105.354,02)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.028.175,58	-	-	-	4.028.175,58

CONTINUA



COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA.
42.873.828/0001-02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Fundo de Reserva	-	-	38.425.248,00	(38.425.248,00)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	(4.269.472,00)	(4.269.472,00)	(4.269.472,00)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(1.797.435,51)	(1.797.435,51)	(1.797.435,51)
Saldos em 31/12/2022	69.808.303,67	(18.322,29)	280.873.147,84	42.694.720,00	393.357.849,22
Saldos em 30/06/2022	70.280.681,74	(510,00)	242.447.899,84	33.719.277,05	346.447.348,63
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.362,60)	(4.362,60)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	326.475,95	(17.812,29)	-	-	308.663,66
Por Devolução (-)	(4.827.009,60)	-	-	-	(4.827.009,60)
Estorno de Capital	(20,00)	-	-	-	(20,00)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	584.197,02	584.197,02
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	55.222.221,06	55.222.221,06
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.334.457,02)	(2.334.457,02)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.028.175,58	-	-	-	4.028.175,58
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	38.425.248,00	(38.425.248,00)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(4.269.472,00)	(4.269.472,00)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.797.435,51)	(1.797.435,51)
Saldos em 31/12/2022	69.808.303,67	-18.322,29	280.873.147,84	42.694.720,00	393.357.849,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EM REAIS

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		55.869.182,30	93.233.028,53	58.348.138,40
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(6.015.788,60)	(6.015.788,60)	(1.727.897,67)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(1.564.359,72)	(1.048.802,08)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		13.750.113,85	25.910.502,07	11.473.706,37
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(68.800,15)	592.297,24	516.045,91
Provisões/Reversões Não Operacionais		149.933,20	149.933,20	30.000,00
Provisões/Reversões para Contingências		238.607,94	599.946,73	295.835,75
Atualização de Depósitos em Garantia		(246.511,62)	(406.803,67)	(132.805,34)
Depreciações e Amortizações		1.022.703,39	1.981.201,46	1.962.538,27
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		64.699.440,31	114.479.957,24	69.716.759,61
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(7.001.055,04)	(11.875.333,07)	(25.263.783,02)
Operações de Crédito		(83.842.394,80)	(176.115.400,62)	(120.556.634,46)
Outros Ativos Financeiros		(5.215.677,11)	(9.728.284,25)	(9.995.149,17)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(580.420,04)	53.860,94	(1.038.895,07)
Outros Ativos		912.073,84	725.195,75	(664.748,32)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		(12.448.686,96)	(39.924.157,09)	72.670.419,71
Depósitos sob Aviso		(15.697,40)	78.278,57	40.742,62
Depósitos a Prazo		44.239.921,75	176.687.426,81	27.097.115,10
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(18.983.470,22)	(12.865.369,41)	28.260.904,66
Relações Interfinanceiras		71.883.785,05	84.158.516,71	49.497.403,61
Obrigações por Empréstimos e Repasses		42.421.873,95	47.783.465,47	(6.425.356,29)
Outros Passivos Financeiros		33.607.777,42	9.797.100,50	(393.897,09)
Provisões		5.788,48	(2.337,00)	(1.155,47)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		585.745,19	508.259,88	122.775,69
Outros Passivos		(4.361.437,06)	252.741,08	5.705.247,12
Outras Destinações		(4.362,60)	(4.362,60)	-
FATES - Atos Cooperativos		(4.269.472,00)	(4.269.472,00)	(2.576.103,91)
FATES - Atos Não Cooperativos		(1.797.435,51)	(1.797.435,51)	(1.659.666,40)
Imposto de Renda Pago		-	(2.160.957,03)	(602.523,57)
Contribuição Social Pago		-	(1.585.158,60)	(408.298,42)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		119.836.297,25	174.196.535,77	83.525.156,93
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	143.243,09	31.324,77
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	1.421.116,63	1.017.477,31
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		6.015.788,60	6.015.788,60	1.727.897,67
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.707.161,09)	(4.903.390,44)	(6.531.554,01)
Aquisição de Investimentos		-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		2.308.627,51	2.676.757,88	(6.365.022,04)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		308.663,66	520.534,58	610.369,12
Devolução de Capital à Cooperados		(4.827.029,60)	(6.381.186,12)	(4.641.362,38)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		4.028.175,58	4.028.175,58	1.405.403,09
Reversão/Realização de Fundos		584.197,02	584.197,02	323.775,47
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		94.006,66	(7.775.650,44)	(7.772.390,03)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		122.238.931,42	169.097.643,21	69.387.744,86
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		933.361.496,63	886.502.784,84	817.115.039,98
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	1.055.600.428,05	1.055.600.428,05	886.502.784,84
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		122.238.931,42	169.097.643,21	69.387.744,86

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA - SICOOB AGROCREDI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - EM REAIS (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA - SICOOB AGROCREDI, doravante denominado SICOOB AGROCREDI, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/05/1992, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. O SICOOB AGROCREDI, sediado à RUA CAPITÃO JOAQUIM NORBERTO, Nº 105, CENTRO, GUAXUPÉ - MG, possui um Posto de Atendimento Digital e 27 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: GUAXUPÉ - MG, SERRANIA - MG, MONTE SANTO DE MINAS - MG, CABO VERDE - MG, CACONDE - SP, ANDRADAS - MG, NOVA RESENDE - MG, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SP, ALFENAS - MG, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA - SP, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP, SANTA RITA DE CALDAS - MG, DIVINOLÂNDIA - SP, BOTELHO - MG, CAMPESTRE - MG, IPIÚNA - MG, DIVISA NOVA - MG, SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP, ITOBI - SP, ÁGUAS DAPRATA - SP, BANDEIRA DO SUL - MG, MUZAMBINHO - MG, POÇOS DE CALDAS - MG, CALDAS - MG, TAPIRATIBA - SP. O SICOOB AGROCREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020. Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa. A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 31/01/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022.

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
 - sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.
- Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobreponha outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- a recepção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - mensurar os passivos:
 - pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 7º inciso II, é apresentado na nota nº 38.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva. Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normalização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normalizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer o passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis



COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA.
42.873.828/0001-02

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 1.403.049,30); Pis Folha (R\$ 2.254.391,24); Cofins (R\$ 4.756.399,39); e outros (R\$ 252.227,58).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para Avais e Fianças Honorados	(2.785.337,28)	(2.099.213,19)
TOTAL	(2.785.337,28)	(2.099.213,19)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E 30% Vencidas	576.028,80	576.028,80	(172.808,79)	358.901,91	(107.670,69)
F 50% Vencidas	573.821,32	573.821,32	(286.910,81)	230.203,25	(115.101,74)
G 70% Vencidas	493.545,33	493.545,33	(345.481,88)	342.079,47	(239.455,74)
H 100% Vencidas	1.980.135,80	1.980.135,80	(1.980.135,80)	1.636.985,02	(1.636.985,02)
Total Vencidos	3.623.531,25	3.623.531,25	(2.785.337,28)	2.568.169,65	(2.099.213,19)
Total Geral	3.623.531,25	3.623.531,25	(2.785.337,28)	2.568.169,65	(2.099.213,19)
Provisões	(2.785.337,28)	(2.785.337,28)		(2.099.213,19)	
Total Líquido	838.193,97	838.193,97		468.956,46	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	985.137,46	1.038.998,40
TOTAL	985.137,46	1.038.998,40

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	79.192,00	-	79.192,00	93.879,22	-	93.879,22
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	18.747,60	-	18.747,60	576.939,68	-	576.939,68
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	701,68	-	701,68	4.296,50	-	4.296,50
Devedores Diversos – País (a)	577.694,29	-	577.694,29	60.603,62	-	60.603,62
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	557.042,90	1.683.992,38	2.241.035,28	3.682.183,96	-	3.682.183,96
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(557.042,90)	-	(557.042,90)	(503.976,59)	-	(503.976,59)
Despesas Antecipadas (d)	918.857,05	-	918.857,05	240.387,56	-	240.387,56
TOTAL	1.595.192,62	1.683.992,38	3.279.185,00	4.154.313,95		4.154.313,95

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 61.232,99); Seguros Contratados a Receber (R\$ 11.624,42); Pendências a Regularizar – Conta Corrente (R\$ 107,32) Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 26.092,63); Diferença de Caixa (R\$ 470.481,00); e outros (R\$ 8.263,25);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e Equipamentos em Estoque		10.707,00	10.707,00
Imobilizado em Curso (a)		1.752.793,76	1.747.044,66
Terrenos		1.300.000,00	1.300.000,00
Edificações	4%	914.306,52	933.027,14
Instalações	10%	214.515,66	2.099.924,52
Móveis e equipamentos de Uso	10%	11.608.314,92	4.623.421,94
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.751.928,84	8.417.553,93
Sistema de Segurança	10%	2.156.306,53	1.800.691,45
Sistema de Transporte	20%	836.803,08	457.175,46
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		4.598.759,35	2.199.105,69
Total de Imobilizado de Uso		28.144.435,66	23.588.651,79
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(193.773,26)	(165.300,66)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(55.189,25)	(527.256,19)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(8.242.804,70)	(6.898.229,85)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(195.468,54)	(216.651,23)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.180.210,42)	(426.413,35)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(9.867.446,17)	(8.233.851,28)
TOTAL		18.276.989,49	15.354.800,51

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	332.599.671,83	-	332.599.671,83	372.523.828,92	-	372.523.828,92
Depósito Sob Aviso (b)	1.813.150,71	-	1.813.150,71	1.734.872,14	-	1.734.872,14
Depósito a Prazo (b)	714.275.640,99	895.881,73	715.171.522,72	536.178.479,92	2.305.615,99	538.484.095,91
TOTAL	1.048.688.463,53	895.881,73	1.049.584.345,26	910.437.180,98	2.305.615,99	912.742.796,97

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	35.132.138,34	3,08%	25.001.443,65	2,47%
10 Maiores Depositantes	137.457.571,81	12,04%	94.357.698,58	9,31%
50 Maiores Depositantes	252.258.153,49	22,09%	183.782.203,75	18,12%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(117.832,27)	(211.808,22)	(86.173,23)
Despesas de Depósitos a Prazo	(43.883.398,78)	(76.223.606,32)	(22.287.383,68)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.656.588,23)	(8.717.804,51)	(3.149.688,51)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(191.906,83)	(326.970,85)	(83.093,08)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(853.612,95)	(1.641.379,65)	(1.430.879,80)
TOTAL	(49.703.339,06)	(87.121.569,55)	(27.037.218,30)

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	162.300,05	-	162.300,05	3.877.973,46	-	3.877.973,46
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	64.933.561,81	3.255.732,32	68.189.294,13	74.769.991,81	2.568.998,32	77.338.990,13
TOTAL	65.095.861,86	3.255.732,32	68.351.594,18	78.647.965,27	2.568.998,32	81.216.963,59

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

13. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	131.975.328,73	10.669.967,91	142.645.296,64	55.109.687,33	3.285.356,18	58.395.043,51
Recursos da Central	-	-	-	91.736,42	-	91.736,42
TOTAL	131.975.328,73	10.669.967,91	142.645.296,64	55.201.423,75	3.285.356,18	58.486.779,93

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,99% ao ano, com vencimento até 20/05/2030.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses do País - Instituições Oficiais	127.606.247,61	79.822.782,14
TOTAL	127.606.247,61	79.822.782,14

As taxas de juros praticadas nas operações de FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento correspondem a uma média de 8,00% ao ano, com vencimento até 31/12/2029.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(3.221.335,34)	(3.221.335,34)	(702.985,00)
Cooperativa Central	(2.464,98)	(2.464,98)	(6.308,67)
Outras Instituições	(4.019.532,67)	(8.315.212,07)	(2.754.621,56)
TOTAL	(7.243.332,99)	(11.539.012,39)	(3.463.915,23)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	35.266.303,01	25.168.944,54
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	266.469,40	489.898,56
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	250.544,44	327.373,25
TOTAL	35.783.316,85	25.986.216,35

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 52.672,57); Convênio Saneamento (R\$ 22.014,16); Telecomunicações (R\$ 18.094,49); Ordens de Pagamento (R\$ 35.127.898,34); e outros convênios (R\$ 45.623,45);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 181.356,21); Municipais (R\$ 59.371,62); e outros (R\$ 9.816,61).

15. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	2.627.806,50	4.339.944,13	6.967.750,63	1.958.961,31	4.416.492,08	6.375.453,39
Provisão Para Contingências (b)	-	8.504.218,17	8.504.218,17	-	7.906.608,44	7.906.608,44
TOTAL	2.627.806,50	12.844.162,30	15.471.968,80	1.958.961,31	12.323.100,52	14.282.061,83

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	123.034.541,20	97.005.454,92
TOTAL	123.034.541,20	97.005.454,92

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	1.403.049,30	1.403.049,30	1.355.485,24	1.355.485,24
PIS FOLHA	2.286.869,48	2.254.391,24	1.926.880,75	1.898.586,84
COFINS	4.756.399,39	4.756.399,39	4.567.409,31	4.567.409,31
Outras Contingências	57.900,00	2		



COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA.
42.873.828/0001-02

d) Destinações Estatutárias e Legais

Asobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	86.602.678,49	53.181.744,66
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(1.797.435,51)	(1.659.866,40)
(+) Absorção de FATES e Fundos Voluntários	584.197,02	323.775,47
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	85.389.440,00	51.845.853,73
Destinação para o Fundo de Reserva	(38.425.248,00)	(23.184.935,22)
Destinação para o FATES - atos cooperativos	(4.269.472,00)	(2.576.103,91)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	42.694.720,00	26.084.814,60

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 4.105.354,02. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	16.955.900,03	18.595.536,16
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.872.919,26)	(2.531.126,82)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.894.341,34)	(6.594.613,14)
Resultado operacional	10.188.639,43	9.469.796,20
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	85.742,98	542.102,96
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.274.382,41	10.011.899,16
IRPJ/CSLL	(2.524.996,02)	(3.746.115,63)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(5.951.950,88)	(4.606.117,13)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.797.435,51	1.659.666,40

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	836.231,50	1.649.073,52	1.308.318,44
Rendas de Empréstimos	45.942.877,74	84.208.455,86	63.769.866,23
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.736.845,75	8.129.135,22	4.180.513,21
Rendas de Financiamentos	7.025.491,25	13.079.478,59	8.979.873,36
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.008.319,95	3.187.012,05	4.659.364,37
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	821.886,36	1.947.084,24	881.866,44
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.406.156,47	1.464.368,83	63.981,76
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.314.729,69	5.170.203,20	829.336,55
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	4.076.826,38	6.317.229,28	2.851.611,23
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	4.511.566,72	9.403.185,21	9.061.086,40
TOTAL	73.680.931,81	134.555.226,00	96.585.817,99

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação	(49.703.339,06)	(87.121.569,55)	(27.037.218,30)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(7.243.332,99)	(11.539.012,39)	(3.463.915,23)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	10.379.675,01	18.108.160,27	17.255.260,36
Reversões de Provisões para Outros Créditos	274.482,00	416.632,53	212.010,73
Provisões para Operações de Crédito	(22.060.083,10)	(40.496.259,51)	(26.426.581,99)
Provisões para Outros Créditos	(2.344.187,76)	(3.939.035,36)	(2.514.395,47)
TOTAL	(70.696.785,90)	(124.571.084,01)	(41.974.839,90)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.816.232,96	3.424.159,76	3.131.365,69
Rendas de Transferências de Fundos	-	-	72.803,52
Rendas de Garantias Prestadas	-	-	74,46
Rendas de Convênios	1.751.614,04	2.968.584,28	2.830.656,78
Rendas de Comissão	5.245.216,56	9.980.032,95	9.579.199,00
Rendas de Credenciamento	19.798,47	33.466,45	12.293,42
Rendas de Cartões	3.050.213,45	5.874.505,00	5.710.430,17
Rendas de Outros Serviços	528.679,09	991.226,92	1.747.206,50
TOTAL	12.411.754,57	23.271.975,36	23.084.029,52

23. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	188.340,70	320.435,10	137.983,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	1.278.219,81	2.412.295,72	2.354.606,23
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.506.874,60	2.974.748,60	2.454.564,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.635.204,68	2.976.361,62	2.744.541,12
TOTAL	4.608.639,79	8.683.841,04	7.691.694,85

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(57.428,46)	(111.876,93)	(101.360,16)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(991.287,72)	(1.927.527,75)	(1.725.199,98)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.647.263,14)	(8.964.963,82)	(7.870.137,12)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.774.915,43)	(7.495.463,60)	(6.438.109,08)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.770.728,20)	(24.035.398,48)	(22.464.694,65)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	(12.217,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(30.145,87)	(75.332,13)	(136.726,83)
TOTAL	(21.271.768,82)	(42.610.562,71)	(38.748.444,82)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(198.531,72)	(513.448,51)	(544.382,34)
Despesas de Aluguéis	(1.586.720,05)	(3.061.128,57)	(2.696.514,90)
Despesas de Comunicações	(746.044,65)	(1.467.804,37)	(1.362.281,09)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.191.898,53)	(2.259.933,53)	(2.048.458,49)
Despesas de Material	(210.222,08)	(367.750,17)	(683.113,02)
Despesas de Processamento de Dados	(2.122.018,08)	(4.229.925,04)	(4.214.485,62)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.322.317,38)	(1.585.813,46)	(471.339,24)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(464.459,89)	(836.864,79)	(469.241,23)
Despesas de Publicações	(1.360,00)	(8.385,00)	(9.381,25)
Despesas de Seguros	(24.799,32)	(39.568,43)	(70.732,15)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.734.869,02)	(7.345.269,94)	(6.761.593,50)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.363.370,06)	(2.128.951,40)	(1.366.864,82)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.582.855,19)	(3.133.922,38)	(2.863.661,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.282.265,04)	(2.185.744,32)	(1.562.806,61)
Despesas de Transporte	(1.105.101,45)	(2.187.206,22)	(2.234.221,41)
Despesas de Viagem no País	(233.668,43)	(352.099,17)	(178.628,23)
Despesas de Depreciação	(1.022.703,39)	(1.981.201,46)	(1.962.538,27)
Outras Despesas Administrativas	(3.016.871,75)	(5.065.979,17)	(3.822.789,73)
TOTAL	(21.210.076,03)	(38.750.995,93)	(33.323.033,56)

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(110.138,98)	(173.614,74)	(150.453,45)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(421.647,98)	(773.252,79)	(811.200,86)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(365.179,40)	(678.236,00)	(743.821,42)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(59.341,65)	(110.213,30)	(122.821,93)
TOTAL	(956.308,01)	(1.735.316,83)	(1.828.297,66)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	135.519,80	331.788,30	296.561,29
Rendas de Créditos Específicos	14.890,60	14.890,60	78.277,21
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	373.030,12	-
Dividendos	-	143.243,09	31.324,77
Distribuição de sobras da central	-	1.421.116,63	1.017.477,31
Atualização depósitos judiciais	246.511,62	406.803,67	132.805,34
Rendas de Repasses Interfinanceiros	50.233,68	71.418,05	60.999,85
Outras rendas operacionais	172.208,14	298.363,71	259.058,37
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	4.864.537,35	9.293.490,42	7.794.241,02
Juros ao Capital Recebidos da Central	6.015.788,60	6.015.788,60	1.727.897,67
TOTAL	11.499.689,79	18.369.933,19	11.398.642,83

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	0,00	0,00	(29.725,12)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(907.875,62)	(1.345.659,78)	(1.007.119,76)
Outras Despesas Operacionais	(684.458,17)	(1.159.607,68)	(1.118.771,51)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(142.802,10)	(232.764,85)	(144.512,49)
Outras Contribuições Diversas	(188.150,75)	(383.189,85)	(346.285,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(104.630,78)	(429.748,84)	(252.469,72)
Perdas - Fraudes Internas	-	-	(342.433,10)
Perdas - Fraudes Externas	-	(11.157,46)	(23.453,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	(9.836,56)
Perdas - Práticas Inadequadas	(8.876,84)	(69.795,66)	(15.860,61)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(99.776,82)	(99.776,82)	(30.337,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(4.719,46)	(9.595,37)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(376.025,85)	(584.197,02)	(323.775,47)
TOTAL	(2.512.596,93)	(4.320.617,42)	(3.654.174,71)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(238.607,94)	(599.946,73)	(295.835,75)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	0,00	0,00	(32,00)
Provisões para Contingências	(340.441,08)	(701.779,87)	(314.830,07)
Reversões de Provisões para Contingências	101.833,14	101.833,14	19.026,32
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	68.800,15	(592.297,24)	(516.045,91)
Provisões para Garantias Prestadas	(2.093.022,59)	(4.120.293,14)	(2.973.801,74)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	2.161.822,74	3.527.995,90	2.457.755,83
TOTAL	(169.807,79)	(1.192.243,97)	(811.881,66)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	5.513,06
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	176.199,36	191.443,50	12.990,71
Ganhos de Capital	14.763,12	32.789,96	48.265,32
Rendas de Aluguéis	25.080,00	41.700,00	19.465,00
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	63.372,61	-
Outras Rendas Não Operacionais	3.679,24	24.184,07	732.211,14
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	(17.654,40)	(24.072,52)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(164,27)	(164,27)	(7.583,47)
(-) Perdas de Capital	(44.696,56)	(86.317,56)	(151.410,35)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(149.933,20)	(149.933,20)	(30.000,00)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	(13.677,73)	(63.275,93)
TOTAL	24.927,69	85.742,98	542.102,96

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

32. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	11.285.846,19	0,5311%	17.076,49
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.663.104,09	0,1253%	



COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA.
42.873.828/0001-02

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ. As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(112.405,73)	(233.098,60)	(248.554,61)
TOTAL	(112.405,73)	(233.098,60)	(248.554,61)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegurada, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAOpad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4. A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
- O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities). Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:
 - valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
 - resultado de intermediação financeira (ANI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.
- O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
 - o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
 - os limites máximos do risco de mercado;
 - o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
 - o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
 - os descalços entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
 - os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
 - a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
 - o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
 - o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
 - resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão. O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
 - elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
 - existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
- São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob. O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRISAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

- setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
 - linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
 - valor de saldo devedor em operações de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.
- As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a

necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem. São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*. Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”. A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 - Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

GUAXUPÉ-MG

ANTÔNIO LOURIVAL JUNQUEIRA - DIRETOR DE NEGÓCIOS
WALFRIDO ANTÔNIO RUSSO JUNIOR - DIRETOR ADMINISTRATIVO
RUBENS MIGUEL PEREIRA - CONTADOR -MG 091.409/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda.

Sicoob Agrocredi, CNPJ: 42873828, Guaxupé - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda. - Sicoob Agrocredi, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Agrocredi, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2023

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Luciano Gomes dos Santos
Contador
CRC RS 059.628/O
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB AGROCREDI do ano de 2022, no exercício de suas atividades legais e estatutárias, declara que procedeu ao exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022, o seu Ativo, Passivo, Demonstrações de Despesas, Demonstrações das Receitas, Demonstração do Resultado do semestre, bem como os documentos e saldos, verificando as sobras líquidas de R\$ 86.602.678,49 (oitenta e seis milhões, seiscentos e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos) constatando achar-se tudo exato, de acordo com as normas contábeis vigentes e determinações legais, aprovando assinando o Balanço e recomendando a Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação.

Guaxupé MG, 02 de março de 2023.

Paulo Mariotti Flora
Coordenador

Reinaldo Ribeiro Senegales
Secretário

André Luiz Alves
Membro do Conselho

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 11 03 2023 - COOP DE CREDITO AGROCREDI LTDA - SICOOB AGRACREDI pdf

Código do documento 7d1ec8c7-13b8-40f0-a322-f5aab721a418



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

11 Mar 2023, 10:33:23

Documento 7d1ec8c7-13b8-40f0-a322-f5aab721a418 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-03-11T10:33:23-03:00

11 Mar 2023, 10:33:50

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-03-11T10:33:50-03:00

11 Mar 2023, 10:34:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 177.98.20.85 (177.98.20.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 34038). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2023-03-11T10:34:16-03:00

Hash do documento original

(SHA256):4832be008838a38df8faa2868b1792f06e4f39667d8fd31836c1b65a0f03fff3

(SHA512):a73a8ddbba2206ba833aa4afe7e891029250c53317d4e9a0994bbe46f98ebe4509cf82452a7bc6ee6418154421e4774aa7fb422e71c65809ade4b818a1490b9a9

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign